

Disputas e controvérsias nas redes sociais em torno do papel do Banco do Brasil na escravidão

Marcelo Brandão Araújo^{1*}  Ricardo Willy Rieth² 

¹Universidade Luterana do Brasil - Brasil

²Universidade Luterana do Brasil - Brasil

*Autor de correspondência: mbaraujo@rede.ulbra.br

RESUMO

O presente artigo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica com o propósito de instigar debates acerca das estratégias adotadas por instituições e figuras proeminentes na tentativa de obscurecer ou mesmo negar a significativa contribuição das multidões de africanos escravizados que chegaram a estas terras, em larga medida, para o enriquecimento do país. Adicionalmente, baseia-se em uma pesquisa netnográfica com o desígnio de analisar as controvérsias e polêmicas presentes nas plataformas de mídia eletrônica relacionadas às alegações de envolvimento e benefício do Banco do Brasil com o sistema econômico escravista e o tráfico ilegal de escravos. Ademais, o estudo almeja evidenciar que as frequentes tentativas de obliteração ou negação dos episódios de abuso, violência e perseguição contra os africanos e seus descendentes reforçam a percepção de que o reconhecimento e a valorização da contribuição dos negros dependem, em grande medida, de um contínuo exercício de revisão histórica e de um tratamento fiel e apropriado da narrativa histórica.

PALAVRAS-CHAVE:

Banco do Brasil
Escravidão
Reparação Histórica

ABSTRACT

The present article is based on an bibliographic research aimed at stimulating debates on the ways in which institutions and personalities have endeavored to obscure or even deny the significant contribution of the multitudes of enslaved Africans who arrived here, in large part, for the enrichment of the country. Additionally, it relies on a netnographic research with the purpose of discussing the controversies and polemics in electronic media surrounding the accusations of involvement and enrichment of the Banco do Brasil with the slave-based economic model and illegal slave trade. Furthermore, the study aims to highlight that the recurrent attempts to erase or deny the history of abuse, violence, and persecution against Africans and their descendants reinforce the understanding that the recognition and appreciation of the contribution of Black individuals largely depend on the ongoing exercise of revisiting the past and the faithful and proper treatment of history.

KEYWORDS:

Banco do Brasil
Historical Reparation
Slavery

RESUMEN

Este artículo se basa en una investigación bibliográfica con el propósito de incitar debates sobre las estrategias adoptadas por instituciones y personajes destacados en un intento de oscurecer o incluso negar el significativo aporte de las multitudes de africanos esclavizados que llegaron a estas tierras, en gran medida, para el enriquecimiento del país. Además, se basa en una investigación netnográfica con el objetivo de analizar las controversias y controversias presentes en las plataformas de medios electrónicos relacionadas con las denuncias de participación y beneficio del Banco do Brasil con el sistema económico esclavista y la trata ilegal de esclavos. Además, el estudio pretende resaltar que los frecuentes intentos de borrar o negar episodios de abuso, violencia y persecución contra los africanos y sus descendientes refuerzan la percepción de que el reconocimiento y la valoración de la contribución de los negros dependen, en gran medida, de una ejercicio continuo de revisión histórica y tratamiento fiel y adecuado de la narrativa histórica.

PALABRAS-CLAVE:

Banco do Brasil
Eslavitud
Reparación Histórica

Introdução

Um grupo formado por 14 pesquisadores de universidades sediadas no Brasil e exterior acionaram o Ministério Público Federal (MPF) contra o Banco do Brasil. Os professores protocolaram junto ao MPF um abaixo-assinado, solicitando aos procuradores a abertura de procedimento administrativo inquisitivo sobre o envolvimento do BB com a escravidão e o tráfico ilegal de africanos no século XIX, alegando que escravidão e modernidade eram, na verdade, partes constituintes do banco. Após a análise do documento dos docentes, foi instaurado um inquérito civil público e o Banco do Brasil foi notificado sobre a abertura do procedimento investigativo no dia 27/09/2023. A iniciativa, inédita no país, versa, inclusive, sobre a necessidade de promoção de debates sobre o tema e o direito à reparação histórica, mas também abriu precedentes para que outras instituições centenárias respondam sobre possível envolvimento com o modelo econômico escravocrata da época.

Posteriormente, quase dois meses de depois da acusar o recebimento da notificação, em nota à imprensa divulgada no dia 18/11/2023 e encaminhada em resposta ao MPF, a presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Paula Gomes Medeiros, além de anunciar diversas iniciativas da instituição de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural no país, pediu formalmente desculpas às populações negras pela atuação das versões anteriores do BB na escravidão.

Direta ou indiretamente, toda a sociedade brasileira deveria pedir desculpas ao povo negro por algum tipo de participação naquele momento triste da história. Neste contexto, o Banco do Brasil de hoje pede perdão ao povo negro pelas suas versões predecessoras e trabalha intensamente para enfrentar o racismo estrutural no país (MEDEIROS, 2023, p. 1).

Mas, será que o Banco do Brasil de hoje é o mesmo de 200 anos atrás? Os historiadores em tela responderam que sim, trata-se da mesma instituição. Na opinião do grupo, apesar da fundação e refundações do BB ao longo do tempo, a própria narrativa do Banco do Brasil no seu site oficial corrobora para o entendimento de que o BB se consolidou como uma organização financeira secular. De fato, na sua página eletrônica, na aba *Sobre nós*, o Banco do Brasil se

apresenta como uma instituição que há mais de 200 anos valoriza a relação com os brasileiros.

Figura 1: 200 anos de relação com os brasileiros



Fonte: <https://www.bb.com.br/site/sobre-nos/#/> Acesso em 25/01/2024.

No contexto da história institucional do Banco do Brasil, os pesquisadores no abaixo-assinado alegaram ainda que a escravidão produziu marcadamente um silêncio, uma amnésia secular. Consideram que o BB enfatiza a relevância de sua longevidade (*figura 1*), mas não reflete sobre a sua condição de banco em operação num Estado escravista. Diante disso, os docentes alertaram sobre a necessidade de tirar o véu, portanto, de revelar a história de um passado que não se quer contar.

No que diz respeito à questão da fundação e refundações mencionada acima, sabe-se que o primeiro Banco do Brasil foi criado através de um alvará régio, em 12 de outubro de 1808. O BB teria sido criado meses depois da chegada de D. João VI e a Corte Portuguesa no país, inicialmente com o intuito de resolver o problema da escassez de crédito e de moeda. Todavia, seu campo de atuação acabou basicamente reduzido ao financiamento das despesas do Império.

Durante a operação do primeiro Banco do Brasil, no entendimento dos pesquisadores, a aquisição de recursos financeiros para a manutenção da operacionalidade do BB provinha, evidentemente, da economia da época, ou seja, um conjunto de atividades em meio às quais a escravidão e o tráfico negreiro tinham uma função estruturante. Inclusive, o comércio transatlântico de africanos

correspondia a uma das principais atividades responsáveis pela acumulação de fortunas no Rio de Janeiro daquele período.

Outrossim, conforme a posição defendida pelos pesquisadores, além de cobrar impostos sobre os navios negreiros, o primeiro Banco do Brasil financiou despesas públicas que viabilizaram o tráfico de africanos, atrasando ainda mais uma possível tentativa de abolição e protegendo a atividade econômica escravocrata das pressões inglesas. No entanto, em 1829, após o retorno de D. João VI a Portugal, o primeiro BB foi liquidado e a tentativa, em 1833, de refundação do segundo banco fracassou. No que concerne à empreitada de recriação do BB, sabe-se que os recursos da instituição foram esvaziados na ocasião da partida do rei.

Como se não bastasse, o comerciante tinha investido um bom dinheiro num negócio de sociedade com o Estado, o Banco do Brasil, que enfrentava sérias dificuldades desde que o rei raspava seus cofres na volta para a Europa. (CALDEIRA, 1995, p. 89).

Alguns anos depois, em 1853, o terceiro Banco do Brasil foi fundado graças à fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco Mauá. Portanto, o terceiro BB foi criado após a promulgação, em 1850, da Lei Euzébio de Queiroz, que pôs fim de modo mais definitivo ao tráfico de africanos. Isso porque a Lei Feijó, de 1831, apelidada de *lei para inglês ver*, não foi suficientemente eficiente na empreitada de impedir legalmente o contrabando transatlântico de negros.

Conhecida como “lei para inglês ver”, como se tivesse sido simples resultado das pressões da Inglaterra pela interrupção do tráfico atlântico de escravos, a lei de 7 de novembro de 1831 passou para a história como se tivesse sido criada para existir apenas no papel, e nunca ser implementada, e ficou popular justamente por representar a suposta característica brasileira de promulgar leis para jamais cumpri-las (MAMIGONIAN; GRINBERG, 2007, p. 88, grifo dos autores).

No que concerne às consequências da Lei de Euzébio de Queiroz para a dinâmica de funcionamento da economia do Império, tendo como base os trabalhos de Silva, Neves e Martins (2001), observa-se que o discurso do visconde de Mauá, proferido em 1878, reforça os indícios de que o BB tinha, de fato, se beneficiado com o tráfico de africanos. Em face da nova conjuntura, com o fim do contrabando de escravos, Mauá alertou os seus credores sobre a necessidade

de fazer com que os recursos aplicados no tráfico fossem reinvestidos, isto é, remanejados para outros setores da economia.

[...] compreendi que o contrabando não podia reerguer-se, desde que a vontade nacional estava ao lado do ministério que decretava a supressão do tráfico. Reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável (MAUÁ, 1878, p. 56).

Já em relação ao quadro societário e a diretoria do terceiro Banco do Brasil, no abaixo-assinado protocolado junto ao MPF, os pesquisadores salientaram que o sócio majoritário da instituição, o barão e visconde José Bernardino de Sá, foi um dos maiores ou até mesmo o maior traficante de africanos em operação no Atlântico Sul. Segundo eles, a fortuna do visconde, dono de 5.216 ações do BB, foi impulsionada por sua atuação na atividade negreira transcontinental, quase sempre na ilegalidade.

A partir do resumo dos principais antecedentes históricos, cuja investigação acadêmica culminou na abertura do inquérito civil público, o presente artigo não pretende dar conta em suas nuances e complexidades da história do Banco do Brasil. O que se pretende aqui, através da pesquisa netnográfica e de abordagem qualitativa, é promover um debate acerca da produção de narrativas de disputa, tensionamentos nas redes sociais em torno da iniciativa dos pesquisadores e procuradores do MPF.

A formação de *Panelinhas* nas redes sociais

No âmbito do modo de funcionamento das comunidades eletrônicas, de acordo com Kozinets (2014), o internauta tende a se distanciar daqueles que não concordam com a sua opinião e visão de mundo, porém, inversamente, se aproxima, se junta àqueles que concordam e reforçam o seu entendimento sobre determinado assunto. A partir daí, então, surgem as *panelinhas*, que são vínculos interpessoais, subjetividades que comungam das mesmas opiniões e aspirações.

Olhando por esse ângulo, no que concerne à questão da formação de *panelinhas*, Nobre (2020), por sua vez, salienta que “as redes sociais permitiram que

a solidão de pessoas que sentiam prejudicadas, discriminadas, diminuídas encontrasse eco em milhares de outras solidões” (p. 27-28). Contudo, a necessidade de se aproximar, se unir a outros indivíduos em ajuntamentos online é comumente explorada para fins políticos e econômicos. Nesse contexto e tendo como base o trabalho de Nobre (2020), percebe-se que, de fato, o desejo de se juntar à outras subjetividades numa comunidade eletrônica, muitas vezes, é um *terreno fértil* para que surja algum oportunista, herói, salvador da pátria, que ofereça uma *solução mágica* capaz de atender os anseios e resolver os problemas em comum vivenciados por essas solidões.

Nessa conjuntura, imediatamente após a divulgação do procedimento de investigação pela imprensa profissional e mídias digitais, os internautas se dividiram em dois grupos principais (*panelinhas*), ou seja, um contra e outro a favor dos pesquisadores e procuradores. De certo, no que diz respeito à formação de *panelinhas* nos ambientes mediados pelas tecnologias conectadas à internet, percebe-se, muitas vezes, que os indivíduos exercem “[...] no campo dos discursos midiáticos, diferentes vínculos interpessoais, nos quais projetam fantasias, partilham valores semelhantes, compartilham expectativas e evocam projetos” (BORGES, 2019, p. 25).

Nesse cenário, observa-se que, no contexto dos ajuntamentos online, a divulgação de abertura de inquérito provocou, conseqüentemente, além de narrativas em disputa, uma onda de ódio e perseguição ao MPF e aos pesquisadores. De fato, nesse sentido, Ferreira e Quadrado (2020, p. 421) ressaltam que “há um clima de radicalização política permanente na web e, de repente, em torno de qualquer assunto, formam-se dois ou mais blocos de opinião diametralmente opostos”. De igual modo, de acordo com os mesmos autores, percebe-se que “o uso intensivo da internet e das redes sociais digitais está contribuindo para a formação de perfis de atuação política, econômica, social, cultural, marcados pela intolerância e pelo radicalismo” (FERREIRA; QUADRADO, 2020, p. 419).

Nesse contexto, a partir de Ferreira e Quadrado (2020), é possível afirmar que a produção de narrativas em disputa operacionalizadas no âmbito das *panelinhas* é algo normal, natural e inevitável, uma vez que o confronto de ideias é intrinsecamente humano, ou seja, as nossas interações são norteadas, sobretudo,

pela dualidade: comunhão e conflito. No entanto, ambos destacam que o problema surge quando os indivíduos constituem laços de amizade para disseminar, principalmente, no meio digital, discursos de ódio, intolerância e ressentimento contra aqueles que pensam e vivem de modo diferente.

Olhando sob esse prisma e tendo como base os estudos de Santos (2019), nota-se que as redes sociais digitais não devem ser consideradas meras ferramentas informacionais, lugares de formação de grupos que comungam das mesmas ideias e espaços privilegiados de interação do mundo contemporâneo. Mais do que isso, são ambientes que promovem cotidianamente controvérsias, tensionamentos, negociações e, inclusive, aprendizagem cultural. Nessa perspectiva, do mesmo modo que Santos (2019), Ramos (2021) ressalta que as mídias eletrônicas produzem cultura e implicam, necessariamente, em polarizações e ensinam modos de ser e estar na sociedade.

Diante do exposto, é preciso levar em conta que as disputas, controvérsias e narrativas de ódio sempre estiveram presente nas sociedades humanas. De acordo com Nandi (2018), diferentemente de outrora, nos tempos atuais, a animosidade é disseminada ininterrupta e exponencialmente no mundo virtual. Em razão disso, entende-se que a formação de *panelinhas* nas redes sociais, isto é, o apoio e o compartilhamento de determinadas opiniões e compreensões de mundo, muitas vezes, se convertem em iniciativas e posicionamentos prejudiciais à sociedade, sobretudo, aos grupos que se encontram em situação considerada de subalternidade, a saber: mulheres, homossexuais, negros, pobres, pessoas com deficiência, entre outros.

As disputas e controvérsias nas redes sociais

Tendo a netnografia de Kozinets (2014) como método de pesquisa de referência, foi realizado um estudo investigativo no âmbito dos canais do YouTube que compartilharam vídeos da notícia de abertura de inquérito para apuração da relação do BB com a escravidão. Durante o trabalho de campo virtual, utilizando as palavras-chave: *MPF abre inquérito contra o Banco do Brasil*, foi verificado que no período compreendido entre os dias 27 e 30 de setembro de 2023, foram compartilhados filmes sobre o assunto em questão em pelo menos 10 canais,

somando quase 100 mil visualizações, sendo vistos por 55.478 internautas no canal do YouTube do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT News), considerado o 1º colocado no ranking de audiência.

Diante da quantidade de canais que compartilharam vídeos referentes à investigação de indícios de participação do Banco do Brasil no sistema econômico escravocrata ao longo do século XIX. Ou seja, levando em conta que “os dados observacionais são abundantes e fáceis de obter, conseqüentemente, lidar com a sobrecarga de informações instantâneas é um problema netnográfico importante” (KOZINETS, 2014, p. 101). O levantamento netnográfico recorreu ao critério de audiência, escolhendo o 1º colocado no ranking de visualizações como canal principal para a realização da pesquisa netnográfica. Sendo assim, o SBT News no YouTube foi eleito para registro das informações relevantes sobre o canal, os dados acerca da publicação do filme de divulgação da abertura de inquérito, além de uma análise qualitativa de um recorte das controvérsias e disputas presentes nas postagens de comentários dos internautas.

Quadro 1: Visualizações, comentários e data de publicação do vídeo.

Canal:	Visualizações	Comentários	Publicação do vídeo
SBT News	55.478	534	30/09/2023

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do canal do SBT News no YouTube

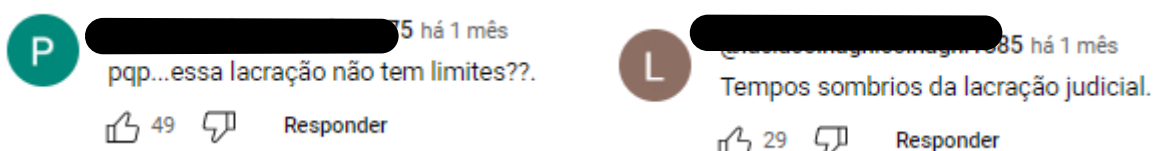
Quadro 2: Inscrições, vídeos, visualizações e data de criação do canal

Canal:	Inscritos:	Vídeos:	Visualizações:	Criação:
SBT News	5,5 mil	74.674	3.523.672.733	20/08/2011

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do canal do SBT News no YouTube

O resultado das análises das impressões, rastros deixados pelos internautas através de postagens de comentários no canal do SBT News na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, revelou que o MPF foi acusado de prática de *lacrção*. O termo é comumente utilizado nas comunidades eletrônicas de modo pejorativo quando o assunto envolve, principalmente, negros, pobres, mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+.

Figura 2: Lacração



 [Redacted] há 1 mês


Você está pagando alguma coisa?? Pare de lacrar, cara!! Não é coisa de gente inteligente!

  [Responder](#)
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=4KJHvDCfDTY> Acesso em: 03/01/2024.

Vale ressaltar que, em alguns casos, a palavra *lacrção* não é utilizada somente no sentido pejorativo, ou seja, apenas para desqualificar e menosprezar discursos e protagonismos negro, feminino e homossexual, uma vez que o uso da expressão também é forma de resistência contra a discriminação e o preconceito de gênero, sexualidade e raça. Segundo Lima (2017), o termo *lacrção* é um dos muitos vocábulos que compõem a linguagem Pajubá, que reúne apropriações linguísticas do português, iorubá e nagô. O Pajubá surgiu nos anos 1960 e 1970, com o ingresso de travestis nos terreiros das nações do candomblé e consiste numa variação linguística de classe, gênero e sexualidade. Nos dias de hoje, o Pajubá é mais conhecido e falado abertamente. Todavia, nem sempre foi assim, tendo em vista que, na época da ditadura civil-militar de 1964, o Pajubá foi utilizado como uma estratégia de resistência, ou seja, uma linguagem secreta dos travestis para driblar as repressões policiais.


No campo da batalha de narrativas, além do MPF, os pesquisadores também não ficaram de fora das críticas, a *figura 3* visualizada abaixo consiste num pequeno recorte de algumas das opiniões que desqualificaram e minimizaram a importância do trabalho de pesquisa produzido ao longo de uma década sobre o papel do Banco do Brasil na escravidão.

Figura 3: Negacionismo científico

 [Redacted] há 1 mês


Penso que falta serviço para estes professores...

 6  [Responder](#)

 [Redacted] há 1 mês

Com tantas coisa importante para o MPF investigar, eles querem gastar dinheiro público por causa de 15 aloprados? Quem vai indiciar e interrogar os envolvidos no caso?

 1  [Responder](#)

 [Redacted] há 1 mês

Isto mostra a irrelevância dos pesquisadores, que a sociedade não vai se interessar, além da chacota que vai virar.

 1  [Responder](#)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=4KJHvDCfDTY> Acesso em: 03/01/2024.

Entretanto, o discurso anticiência e os ataques à produção de pesquisadores não podem ser considerados novidades no país. Inclusive, no contexto da desqualificação da produção científica, tendo como base o trabalho de Rezio e Silva (2020), percebe-se que durante o período da pandemia de covid-19, as redes sociais foram amplamente utilizadas não apenas para desqualificar a ciência, mas também para promover massivamente o descrédito da Universidade junto à sociedade, recorrendo, inclusive, à disseminação de notícias falsas (*fake news*) em inúmeras comunidades online.

Outrossim, observa-se que as tentativas de colocar *em xeque* o estudo dos professores, principalmente através da estratégia da desinformação e de ataques nas redes sociais, ainda é reflexo do movimento negacionista que ganhou força durante o governo Bolsonaro, principalmente entre as gerações mais jovens da sociedade. Nesse panorama, Ghiraldelli (2019) alerta que “a direita bolsonarista procura mostrar a universidade brasileira como um ‘antro de balbúrdia’, ideologia marxista e abrigo de ‘maconheiros’” (p. 83, grifos do autor). O autor também ressalta que o jovem de direita se posiciona contra docentes, não acredita em vacinas, é anti-intelectualista e terraplanista.

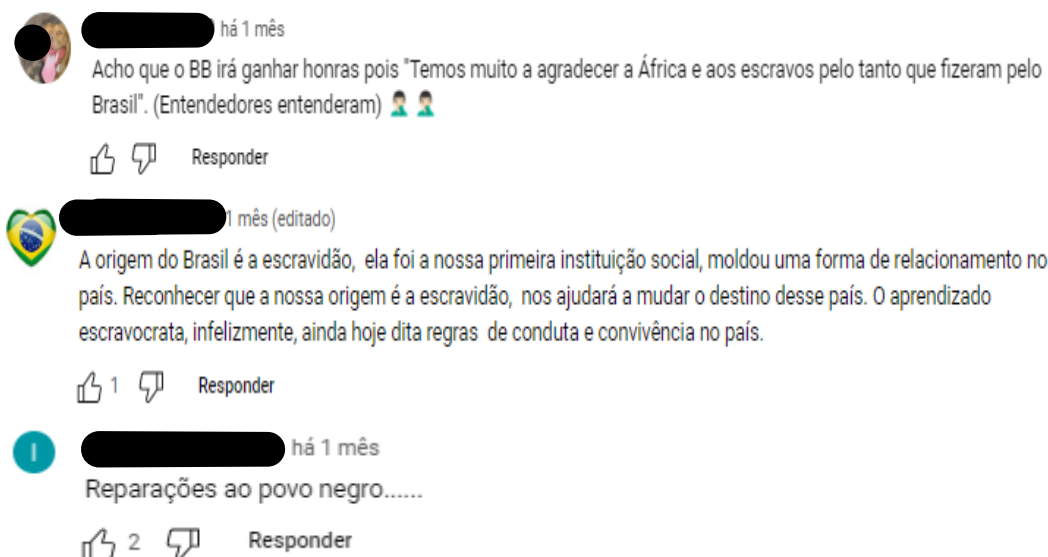
O jovem de direita não tem idade, tem hormônios. O importante é ele ir contra a cultura estabelecida pelos clássicos, em especial o que ele toma como ‘esquerdismo’. O importante é ele falar contra os professores, contra ideais igualitarismo de mulheres, gays, negros e outras minorias. Não raro, ele alimenta tendências anti-intelectualistas mundiais: fundamentalismo religioso, o não crédito em vacinas e, se deixar, posa de ignorante terraplanista (GHIRALDELLI, 2019, p. 55, grifo do autor).

As redes digitais bolsonaristas, que propagam ideias negacionistas, de desqualificação da ciência e de descrédito das Instituições de Ensino Superior (IES), eram chamadas, segundo Ghiraldelli (2019), de *bozolândias*, ou seja, a terra de bozo, apelido de Bolsonaro no mundo virtual. Apesar da derrota do candidato Bolsonaro nas eleições de 2022, as *bozolândias* continuaram fortemente ativas e foram amplamente utilizadas na mobilização e militância de pessoas oriundas de diversos setores da sociedade, que não aceitaram a derrota de seu candidato nas urnas, culminando, inclusive, em janeiro de 2023, com a invasão verde-amarela na sede dos três Poderes da República.

Além disso, no âmbito das *bozolândias*, os comentários hostis e depreciativos em relação ao trabalho de pesquisa dos professores reforçam o entendimento de que “estar num grupo de WhatsApp e se juntar a milhares de outras pessoas para apoiar, esculachar ou exigir a cabeça de alguém produz o sentimento de participar diretamente da política” (NOBRE, 2020, p. 50). Ou seja, no caso dos docentes e em muitos outros casos, as redes sociais permitem, por um lado, que as pessoas se sintam protagonistas da comunicação, mas, por outro lado, os ajuntamentos online também elegem um inimigo em comum e depois submetem o adversário a um linchamento virtual.

Já na outra ponta da arena de disputa entre narrativas, alguns internautas, por sua vez, reagiram a favor do MPF e dos pesquisadores, defendendo, por exemplo, além do direito de reparação das populações negras, o entendimento de que é preciso reconhecer que a origem do país é a escravidão, sendo esta, inclusive, a primeira instituição social em funcionamento no Brasil. Defenderam também ser necessário um sentimento de gratidão em relação à África e aos africanos, que tanto contribuíram para a construção do nosso país.

Figura 4: Origem e reparação



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=4KjHvDCfDTY> Acesso em: 03/01/2024.

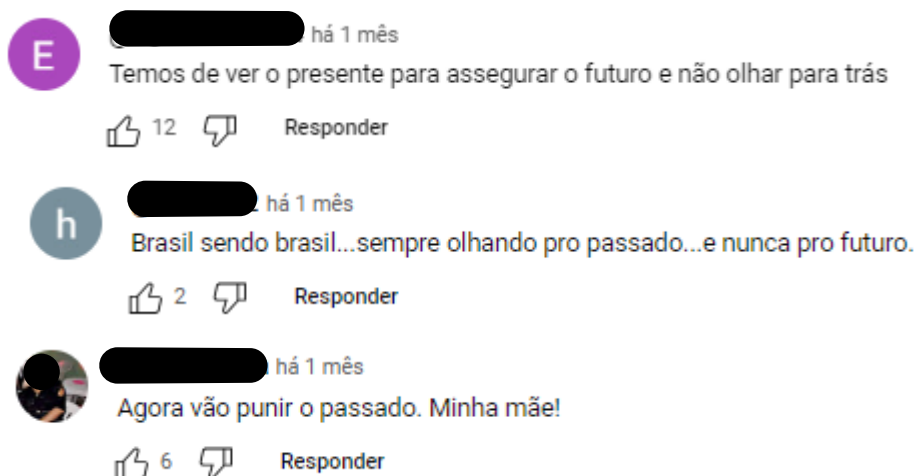
Sobre a questão do reconhecimento da contribuição dos escravos visualizada acima na *figura 4*, Gomes (2021) ressalta que o país enriqueceu por conta do uso intensivo de mão-de-obra africana escravizada em diversos setores produtivos da época, tais como: cultivo de cana-de-açúcar, arroz, tabaco,

algodão, entre outros. O mesmo autor observa, ainda, que as pessoas mais ricas eram os traficantes de escravos e não os senhores de engenho ou os proprietários de latifúndios de cultivo de café ou até mesmo os mineradores de pedras e metais preciosos.

Em relação à postagem de comentário (figura 4) afirmando que a origem do Brasil é a escravidão, entende-se que, de fato, “o papel do negro escravo foi decisivo para os começos da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista” (NASCIMENTO, 2016, p. 49). Portanto, nessa conjuntura, na opinião de Nascimento (2016, p. 49), “sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido”, pois “o africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal [...]” (NASCIMENTO, 2016, p. 49).

Em continuidade, além da acusação de prática de *lacrção*, a pesquisa também mostrou que, ainda nos dias de hoje, quando o tema da discussão diz respeito, por exemplo, as questões sociais, políticas e econômicas envolvendo o longo período de escravidão, as pessoas, em geral, preferem esquecer o assunto, fazendo de conta que o modelo econômico escravocrata não deixou sequelas e nem sequelados. Portanto, olhando por esse ângulo, percebe-se que as consequências nefastas da escravidão, que, inclusive, se arrastam até os tempos atuais, não são relevantes e, por isso, devem permanecer no passado, logo não precisando ser discutidas pela sociedade.

Figura 5: Futuro versus passado



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=4KjHvDCfDTY> Acesso em: 03/01/2024.

Todavia, é preciso levar em conta que as tentativas de promoção de mecanismos sociais e culturais de esquecimento e até mesmo de negação dos incontáveis malefícios e crimes contra a humanidade cometidos pelos brancos contra africanos e seus descendentes não pode ser considerado algo inédito no país e restrito às redes sociais, uma vez que o processo ininterrupto de apagamento, eliminação dos indícios do período de escravidão começou após a assinatura da Lei Áurea. Nesse sentido, Schwarcz (2012) destaca que o Hino da República, propositalmente, criado “um ano e meio após a abolição da escravidão, entoava com orgulho: Nós nem cremos que escravos outrora / tenha havido em tão nobre país” (p. 18).

Posteriormente, ainda no que concerne à estratégia de esquecimento, de apagamento da memória, de futuro versus passado, de acordo com Schwarcz (2012, p. 39), “em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa — então ministro das Finanças — ordenou que todos os registros sobre escravidão existentes em arquivos nacionais fossem queimados”. Entretanto, segundo a pesquisadora, a tentativa não foi totalmente bem-sucedida, tendo em vista que nem todos os documentos foram incinerados. Mas, por que o renomado ministro ordenou a destruição da memória da escravidão acumulada ao longo de três séculos? Porque “[...] se procurava apagar um determinado **passado** e o **presente** significava um outro começo a partir do zero” (SCHWARCZ, 2012, p. 39-40, grifo nosso).

Por outro lado, na outra margem das narrativas em disputa, um grupo, embora menos representativo em número, postou mensagens em defesa e de apreço em relação à iniciativa e postura do MPF, alegando, por exemplo, que um país que não visita o passado, portanto, que não exercita a própria memória, irá cometer certamente no futuro os mesmos erros de outrora. Ainda segundo este grupo, um futuro próspero dependeria, necessariamente, da compreensão de onde viemos e para onde vamos. Além disso, pode-se dizer que as opiniões dos internautas concorrem a favor do entendimento de que não é possível num *passe de mágica* deletar o nosso passado ou aprisionar a escravidão num *lado escuro* da memória ou até mesmo escolher arbitrariamente qual parte da história iremos contar para as gerações futuras.

Figura 6: Aprendendo com o passado



há 1 mês

O MPF está de parabéns. "Um povo que ignora os erros de seu passado está condenado a repeti-los", frase do filósofo norte-americano George Santayana.



há 1 mês

Só podemos vislumbrar algum futuro próspero se soubermos de onde viemos. Tão importante quanto olhar para a estrada à frente do para-brisas, é olhar para o retrovisor.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=4KjHvDCfDTY> Acesso em: 03/01/2024.

Em relação à escolha de qual parte da história queremos contar para os nossos filhos e netos e no que diz respeito a contribuição dos escravos para o fortalecimento e consolidação do país em termos econômicos, Gomes (2021) defende a ideia de que a história foi contada de tal modo que garantisse o apagamento do fato de que os escravos africanos foram os responsáveis pelo enriquecimento do país. Além disso, para entender o Brasil é preciso, necessariamente, voltar, visitar o passado, tendo em vista que não é possível compreender o país sem antes compreender o nosso passado escravista.

Considerações finais

As polêmicas e controvérsias em torno à acusação de enriquecimento e envolvimento, inclusive, em larga escala, do Banco do Brasil com o modelo econômico escravocrata e com o tráfico ilegal de africanos, revelam a necessidade, cada vez mais urgente, de promover iniciativas que concorram, de modo duradouro, a favor da visitação, manutenção e valorização da memória e do tratamento adequado da história oficial do país. Principalmente, levando em conta que, ainda nos dias de hoje, incontáveis vezes, sobretudo, no âmbito das interações midiáticas, prevalece a cultura do esquecimento, ou até mesmo da negação, como se o longo período de escravidão não houvesse produzido sequelas e sequelados.

Todavia, apesar da amnésia e do negacionismo recorrentes, sabe-se que o trabalho escravo e o tráfico transatlântico de africanos, de modo concomitante, garantiu o enriquecimento de determinadas instituições e das elites brancas e condenou os africanos e os seus descendentes a fome, miséria, desemprego, violência, analfabetismo, segregação social, entre outras formas de exclusão.

Sendo assim, no contexto das consequências nefastas da escravidão, que, aliás, perduram até os tempos atuais, percebe-se que, apesar de louvável, um

pedido formal de desculpas por parte da direção da instituição financeira não é por si só suficiente para alcançar reparação histórica. De igual modo, apesar do impacto positivo, o anúncio de realização de um conjunto de ações de empoderamento negro e de promoção de igualdade racial também é insuficiente para garantir que haja uma efetiva reparação as populações negras.

Nessa conjuntura, nota-se, portanto, que é necessário ir além do que foi proposto inicialmente pelo Banco do Brasil, ou seja, é preciso financiar pesquisas sobre o envolvimento e enriquecimento de instituições seculares com a economia escravista e o tráfico negreiro. Também é necessário assumir um compromisso permanente com a importância da visita da memória, do passado do país, através, por exemplo, de amostras, exposições, filmes, documentários e uma ampla divulgação de material de cunho educativo que versa sobre o tema.

Olhando por esse ângulo, conclui-se, portanto, que é preciso trazer à tona a história de um passado que retrata o longo período de abusos, violência contra as populações negras e os seus descendentes, mas que muitos indivíduos e instituições preferem fazer de tudo para minimizar, esconder ou fazer de conta que não existe.

Referências

BANCO DO BRASIL. **Sobre Nós: valores e compromissos que marcam a nossa atuação.** Portal Banco do Brasil, 2024. <https://www.bb.com.br/site/sobre-nos/#/>.

BORGES, Rosane. **Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação.** In: CORRÊA, Laura Guimarães (org). *Vozes negras em comunicação: mídias, racismos e resistências.* Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 17-36.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FERREIRA Ewerton da Silva; QUADRADO, Jaqueline Carvalho. **Ódio e intolerância nas redes sociais digitais.** *Revista Katálysis*, v. 23, n. 3, p. 419-428, set-dez, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419>.

GHIRALDELLI, Paulo. **A filosofia explica Bolsonaro.** São Paulo: LeYa, 2019.

GOMES. Laurentino. **História apagou o quanto os africanos escravizados enriqueceram o Brasil, diz Laurentino Gomes.** BBC News Brasil. Entrevista concedida a Vinícius Pereira. São Paulo, 27/06/2021. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57575496>.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa eletrônica**. [livro digital]. Porto Alegre: Penso, 2014.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade**. São Paulo: Editora Devires, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. “**Para inglês ver**”? Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, nº 1, 2 e 3, p. 87-90, jan-dez., 2007.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa (Visconde de). **Exposição do visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C. e ao público**, 1878. In: SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigues; MARTINS, Liana Bach (orgs.). *Mauá: O desafio inovador numa sociedade arcaica*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013, p. 37-60.

MEDEIROS, Tarciana Paula Gomes. **Banco do Brasil pede perdão à população negra por ações na escravidão**. Poder 360°, 18/11/2023. <https://www.poder360.com.br/brasil/banco-do-brasil-pede-perdao-ao-povo-negro-por-acoes-na-escravidao/>.

MPF investiga Banco do Brasil por comércio de escravos no século 19. SBT News, YouTube, 03:01, 30/09/23. <https://www.youtube.com/watch?v=4KjHvDCfDTY>.

NANDI, José Adelmo Becker. **O combate ao discurso de ódio nas redes sociais**. (Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Tecnologias da Informação e Comunicação). Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde - Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. [livro digital]. São Paulo: Todavia, 2020.

RAMOS, Nicoli Peroza. **Amor romântico para consumo: pedagogias do relacionamento na rede social Adote um Cara**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2021.

REZIO, Leonardo Luiz de Souza; SILVA, Magno Luiz Medeiros da. **Discurso anti-ciência: a desinformação como estratégia de ataque à produção Científica**. *Revista UFG*, v. 20, p. 1-26, 2020. <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66366>.

SANTOS, Aloha Boeck de Arruda. **Pedagogias da popularização política: a urgência opinativa nas redes sociais a partir das fanpages de Gregório Duvivier e Danilo Gentili**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigues; MARTINS, Liana Bach (orgs.). **Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2001.